

ANC

A Constituinte

Tudo atrasado. Mas saíram as comissões.

Depois de dois meses de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, uma certeza: os prazos fixados para a elaboração da nova Carta Constitucional não poderão ser cumpridos, e a data marcada para sua promulgação, 15 de novembro de 1987, está praticamente fora de cogitação. O atraso se deve ao ritmo lento imprimido aos trabalhos e aos confrontos partidários. Além disso, as questões conjunturais, surgidas com o agravamento da crise econômica, estão superando o debate preliminar dos temas relacionados ao Estado e sua organização; e só ontem foram definidas as comissões temáticas.

No âmbito partidário, os dois fiadores do governo — PMDB e PFL — estão em função da aprovação do regimento interno e da eleição da mesa da Constituinte. E o trabalho mais importante, o das comissões temáticas, será realizado apenas de manhã, de acordo com o calendário aprovado. As tardes ficarão para debates em plenário, onde se prevê, mais uma vez, a colocação em segundo plano dos assuntos específicos da Constituinte, em favor da discussão da conjuntura econômica e política do País.

Em praticamente nada os partidos políticos concordaram até agora. Os prazos estabelecidos pelas normas provisórias, por exemplo, não foram cumpridos, e o regimento definitivo só foi aprovado no último dia 24, com mais de um mês de atraso, dificultado pelas disputas entre o PMDB e o PFL em torno da soberania da Constituinte.

Aliás, a Constituinte começou seus trabalhos sob o signo da discórdia e de polêmico revanchismo. Discutiu-se, no início, se deveria ser exclusiva ou não, se os senadores eleitos em 82 poderiam participar e se teria poderes para alterar a Constituição vigente. Começou a disputa entre progressistas e conservadores, notabilizou-se um grupo intransigente apelidado de xilias e o Planalto criou a figura do líder do governo, para participar diretamente dos debates e dar seus pareceres. Esse líder, porém, o deputado Carlos Sant'Anna, foi marginalizado. Eleito o líder do PMDB na Câmara deputado Luiz Henrique, posteriormente viria também a ser marginalizado com a eleição do líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas, que se tornou a estrela da Assembléia.

Assim, de desencontro em desencontro, os prazos foram-se esgotando. E o prazo estipulado para o encerramento dos trabalhos, a partir da constituição das comissões temáticas, ocorrida ontem, é de cerca de 230 dias úteis, um prazo que na opinião da maioria dos constituintes não poderá ser cumprido. Tanto que o deputado Jorge Haage (PMDB-BA), apresentou projeto de resolução ampliando todos os prazos.



Covas



Fernando Henrique



Severo



Delfim



Roberto Campos



Dornelles

A divisão das comissões
O PMDB ficará com os nove cargos de relator das oito comissões constitucionais

temáticas e da Comissão de Sistematização, cabendo ao PFL, segundo maior partido na Constituinte, ocupar oito presidências e

uma vice-presidência (onde a presidência caberá ao PDS). O acordo foi feito depois das 19h30 de ontem, pelos líderes, para per-

mitir a instalação das comissões temáticas hoje, entre 9 e 17 horas, com intervalo para o almoço.

As negociações para a ocupação das 24 subcomissões, em que serão divididas as oito comissões temáticas, continuarão hoje, já que elas somente serão instaladas amanhã (a Comissão de Sistematização, definida em parte, será instalada na quinta-feira). Pelo acordo dos líderes, o PFL ficará ainda com quatro presidências, 11 vice-presidências e cinco relatórios nas subcomissões temáticas.

O PFL ficou com as seguintes presidências: Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher: deputado Mário Assad (MG); Comissão da Organização do Estado: deputado José Thomaz Nonô (AL); Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições, vice-presidência: Saulo Queiróz (MS); Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças: deputado Francisco Dornelles, ex-ministro da Fazenda; Comissão de Ordem Econômica: deputado José Lins (CE); Comissão de Ordem Social: senador Marcondes Gadelha; e Comissão de Sistematização: senador Afonso Arinos.

Na composição da Comissão de Sistematização, além da presidência para o PFL, ficou acertado que o PMDB terá direito à 1ª vice-presidência, cabendo a 2ª vice-presidência para o PDT. O cargo de relator caberá também ao PMDB, sendo disputado entre os deputados Bernardo Cabral e Pimenta da Veiga e o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do partido no Senado. Até ontem à noite o PMDB não havia acertado os nomes dos constituintes que vão ocupar os cargos destinados ao partido.

O presidente da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles, considera que "a tendência é no sentido de descentralização, pelo fortalecimento dos Estados e municípios".

E o presidente da Comissão de Organização Eleitoral e Garantia das Instituições, Jarbas Passarinho, coronel da reserva e três vezes ministro dos governos militares, terá a incumbência de atender às preocupações do governo quanto à preservação do atual papel das Forças Armadas como mantenedoras da ordem interna, contestado por setores de esquerda. Já a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e da Tecnologia e das Comunicações terá peso e poderá produzir alterações, por exemplo, na instituição do casamento, no tratamento do aborto, nas concessões de rádio e tevê e na reserva de mercado no campo da informática. No aspecto ideológico a marca da comissão será o equilíbrio, pois a maioria tem posição centrista.

A reforma agrária que o ministro quer

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), Dante de Oliveira, entregou, ontem, à Executiva do PMDB um documento elaborado por técnicos do seu ministério e do Incra propondo que na nova Constituição seja fixada a área máxima apropriável por uma pessoa, tanto no que se refere à propriedade privada quanto à alienação ou concessão de terras públicas rurais. Embora a área não esteja fixada no documento, o ministro adiantou que técnicos do Mirad/Incrá estão defendendo esse limite em 60 módulos regionais. O Mirad quer também que a nova Carta determine o prazo de três anos para que qualquer pessoa passe a ter direito ao usucapião. Atualmente, pela Lei

6.969/81, o prazo é de cinco anos para o usucapião especial. A atual Constituição não faz qualquer referência à dimensão da propriedade privada rural no País, estabelecendo critérios apenas para terras públicas — acima de 3.000 hectares é exigida a anuência do Senado Federal. Ao propor a limitação de módulos, o Mirad argumenta que o Estatuto da Terra trata, em parte, da matéria, ao prever a figura do latifúndio por dimensão e ao impor sanções aos imóveis classificados nessa categoria. Deixando os imóveis rurais mais expostos à desapropriação, o documento encaminhado aos constituintes defende que na nova Constituição fique bastante claro o princípio segundo

o qual "ao direito de propriedade deve corresponder uma obrigação social". A propriedade só estaria cumprindo a sua função social, e por isso poupada da desapropriação, quando simultaneamente assegurar nível adequado de vida àqueles que nela trabalham, mantiver níveis satisfatórios de produtividade, conservar os recursos naturais, observar as disposições legais que regulam as relações de trabalho e de produção, não exceder a dimensão máxima da área permitida, e atender ao princípio da justiça social e ao interesse nacional.

Indenização

O Mirad também quer incluir na Constituição critérios para a indeniza-

ção dos imóveis desapropriados, explicando melhor o que vem a ser o princípio da justa indenização, que dá margem a interpretações. "É fundamental que a indenização dos imóveis desapropriados por interesse social seja feita em títulos da dívida agrária e tenha como teto máximo o valor cadastral para fins tributários" — defende o Mirad. E "a indenização não pode premiar o proprietário absentista". Essa tese porém é rechaçada pelos proprietários rurais, que defendem o pagamento dos imóveis em dinheiro e a preço de mercado. Mas para os técnicos da reforma agrária "é inaceitável que a desapropriação possa constituir fonte de injusto enriquecimento ou servir à especulação ou lucro".

Na economia, o domínio dos moderados.

A Comissão da Ordem Econômica da Assembléia Nacional Constituinte, que realmente definirá os rumos políticos do País, atuará dentro de uma linha bastante moderada, levando-se em conta a tendência ideológica de seus membros filiados aos dois maiores partidos, PMDB e PFL. Basta dizer que entre 35 peemedebistas e 15 pefelistas, 16 são conservadores, 11 de direita e dez de centro. Traduzidos em votos, serão, em média, 37 favoráveis a poucas mudanças na ordem econômica atual. Situados na posição de centro-esquerda, em ambos os partidos, sete constituintes têm lugar na comissão. A esquerda contará com três representantes, enquanto são considerados nacionalistas apenas dois. A ordem eco-

nômica terá ainda, somando peemedebistas e liberais, dois constituintes de linha centro-direita.

Alguns exemplos

O senador Albano Franco (PMDB-SE) — ex-PDS e ex-PFL — presidente da Confederação Nacional da Indústria, e seu irmão, deputado Antônio Carlos Franco, também empresário, são conservadores. Benedito Monteiro (PMDB-PA), foi cassado, preso e torturado, e é de centro-esquerda, enquanto Cardoso Alves (PMDB-SP), grande empresário rural, é conservador. O Senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC) é de esquerda, com um discurso bastante radical e ligações cristãs, enquanto o deputado Expedido Júnior (PMDB-RO), de apenas 23

anos, não tem maior densidade ideológica, mas marcha no rumo de centro-esquerda.

Gerson Marcondes (PMDB-SP), dono de um enorme loteamento em Guarulhos está mais à direita, Gidel Dantas (PMDB-CE), pastor protestante e ex-diretor do Detran, é conservador. Gil César (PMDB-MG) ex-Arena, ex-PDS ex-PFL, ex-secretário de Minas e Energia de Minas Gerais, ex-diretor do EBTU, ligado aos transportes é de centro. E Gustavo Faria (RJ), militar, lobista da informática multinacional e empresário, direitista.

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) é de esquerda, com um discurso bastante vigoroso; o deputado Ismael Wanderlei (PMDB-RN), genro do ministro Aluizio Alves, tem

tendência socialista democrática. E o senador Severo Gomes (PMDB-SP) é considerado um "burguês progressista" com fortes traços nacionalistas.

A tendência de parte dos 15 pefelistas da Comissão da Ordem Econômica é a seguinte: Alysson Paulinelli (MG), ex-ministro da Agricultura do governo militar, ligado à UDR, é de direita, Antônio Bueno (PR), com um projeto de colonização na Bahia e várias fazendas no Paraná, também. E enquanto Jalles Fontoura (GO), médico proprietário, é conservador, os deputados Assis Canuto (RO) e Joaquim Francisco (PE), ex-prefeito de Recife, são centristas. Já pelo PDS, estão na comissão os ex-ministros dos governos militares Delfim Netto (SP) e Roberto Campos (MT).